

Partido Popular CDS-PP

Proposta de Organização do Partido e de Revisão dos Estatutos

Paulo Portas
07-01-2009

1. INTRODUÇÃO

É comum dizer-se que o CDS-PP, ao longo da sua história, viveu com *superavit* de ideias e *deficit* de organização. Esta ideia pode até parecer simpática, especialmente quando nos comparamos com partidos de ideologia totalitária, como os comunistas. No entanto, é inegável que o CDS-PP muito poderia ter beneficiado de uma melhor organização. Sem procurar construir uma teoria da organização do Partido, com este documento pretende-se contribuir para um balanço mais positivo no final do ciclo que agora se inicia.

Para que a organização seja eficiente é necessário identificar os agentes da actividade do Partido. Nesse sentido definem-se como tal: os militantes; as estruturas regionais e locais; as estruturas nacionais e os serviços centrais. É entre todos estes agentes que se desenvolve a acção do CDS-PP com vista à sua projecção na sociedade portuguesa.

No corpo do presente documento identificam-se e desenvolvem-se, relativamente a cada agente, os principais elementos estruturantes do seu funcionamento. São assumidos objectivos, definindo-se o caminho para os atingir.

Ao acompanhar uma proposta de revisão de estatutos, esta proposta de organização do CDS-PP está imbuída dos mesmos três objectivos: democraticidade, pluralismo, simplificação e eficiência. Pretende-se ao apresentar propostas de reorganização do Partido aprofundar a democraticidade e o pluralismo do debate interno, da constituição e funcionamento dos órgãos. Procura-se simplificar a organização jurídica e introduzir boas práticas com vista à melhoria da eficiência do funcionamento interno do Partido.

Ao iniciar um ciclo caracterizado pela sucessão, quase ininterrupta, de actos eleitorais o CDS-PP prepara-se para os desafios que vai enfrentar assumindo a competência e a eficácia como requisitos absolutamente essenciais para atingir os objectivos a que se propõe.

2. OS MILITANTES

2.1 Organização

Após mais de trinta anos de história o CDS-PP realizou um processo interno de grande importância, a actualização do ficheiro de militantes. Este projecto permitiu saber quantos somos, onde estamos e o que fazemos.

É essencial que se aproveitem os resultados do Projecto Militância Activa, mas mais importante é que estes se tornem reprodutivos. Assim, o facto de hoje termos um ficheiro de militantes actualizado tem de ser o ponto de partida para uma maior proximidade com os militantes.

A existência de um ficheiro de militantes desagregado por profissões e áreas de interesse constitui uma obrigação de desenvolvimento de outras formas de organização que extravasam a mera organização local. É objectivo do mandato que agora se inicia promover actividades que envolvam todos os militantes do partido e que estejam ligadas a temáticas essenciais da política portuguesa. Beneficiar da experiência profissional e dos conhecimentos dos seus militantes, é um imperativo lógico de qualquer partido político.

Com a consciência da importância de ter actualmente mais de 18.000 militantes com dados actualizados, sendo certo que mais de metade com número de telemóvel e mais de um quarto com endereço electrónico, o objectivo do presente mandato é, naturalmente, recuperar mais 2.500 militantes daqueles que, por qualquer razão, optaram por não participar no Projecto Militância Activa.

2.2 Participação

A vitalidade dos partidos depende do nível de participação dos seus militantes. Não é hoje possível conceber uma participação como aquela que foi característica dos primeiros anos do actual sistema constitucional. Já não vivemos os tempos das sessões de esclarecimento, dos grandes comícios e das “sedes abertas” ininterruptamente.

É unânime a necessidade de encontrar novas formas de participação dos militantes na vida interna dos partidos e é também sabido que não se tem afigurado tarefa fácil encontrar os meios que permitam atingir tal objectivo.

O alargamento da participação nos actos eleitorais internos ou a criação de fóruns alternativos de debate, não tem sido suficiente para a resolução deste que é, sem dúvida, um dos maiores problemas com que os Partidos se debatem actualmente.

Com efeito, na proposta de alteração dos Estatutos apresentada, aumentam-se os lugares elegíveis para os órgãos de debate do Partido, aumentando o Conselho Nacional e as Assembleias Distritais. Com este aumento procura-se alargar a possibilidade de um maior número de militantes poderem participar nos órgãos de debate e de decisão do Partido, seja ao nível nacional, seja ao nível dos respectivos Distritos.

Por outro lado, pretende-se aprofundar a iniciativa “Partido Aberto”, através do sítio do CDS-PP na internet. Aproveitando a boa experiência realizada no último ano, procurar-se-á fomentar, com maior regularidade, a participação de todos através do lançamento de novos temas.

Outra forma privilegiada de se promover e aprofundar a participação dos militantes passa por uma maior articulação e comunicação com os dirigentes, deputados e autarcas do Partido. A acção diária do Partido sairá enriquecida se se conseguir criar um verdadeiro canal de comunicação e informação, aproveitando as novas tecnologias e plataformas electrónicas, em particular, através dos respectivos endereços electrónicos. Refira-se, aliás, que esta foi a estratégia que permitiu marcar a agenda política num passado muito recente, sendo o exemplo mais marcante o da contestação aos excessos da ASAE.

No que diz respeito à participação presencial dos militantes é importante manter iniciativas como os almoços e serões do Caldas e criar novos espaços de debate, não só na sede nacional, mas também noutros locais.

2.3 Comunicação

Como foi atrás referido, o CDS-PP dispõe hoje de uma rede, bastante alargada, de números de telemóvel e endereços electrónicos. Como é sabido, estes são hoje os principais meios de comunicação para muitos portugueses. É também relevante o facto de estes meios de comunicação se apresentarem substancialmente mais baratos que a tradicional via postal.

O CDS-PP privilegiará a utilização destes meios de comunicação, mantendo a via tradicional para os militantes que deles não dispõem.

Nesse sentido todas as comunicações, incluindo convocatórias, passarão a ser feitas pela forma escolhida na actualização do ficheiro de militantes.

Desta forma passarão a ser enviadas, com maior regularidade, informações sobre a actividade do partido e solicitações de participação dirigidas aos militantes. Com este funcionamento em rede daremos um passo decisivo no sentido da interactividade do Partido e seus militantes.

Será criada uma *newsletter* do Partido, que à semelhança do que já acontece com o Grupo Parlamentar, fará a síntese regular da informação.

2.4 Adesões

Tão importante como estimular e organizar a participação dos nossos militantes, é trazer novos militantes para o partido. Não faz sentido fazê-lo numa lógica meramente quantitativa ou com propósitos de caciquismo. O objectivo tem de ser trazer novas pessoas para alargar as áreas de influência e de recrutamento do CDS-PP.

Para atingir este objectivo é evidente que o mais importante é a mensagem do Partido, as suas ideias e propostas. Mas assegurando essa parte, temos de conseguir estar disponíveis, abrir as portas e chegar a quem se revê nos nossos valores.

A concretização de uma campanha de adesões é um objectivo imediato. É fundamental que todos nos empenhemos nessa campanha, que passará pela transmissão da mensagem do partido em meios que, tradicionalmente, são pouco frequentados pelos políticos, como sejam as Universidades e escolas de todo o país.

Por outro lado o CDS-PP tem de organizar espaços de debate interno com abertura a independentes, que se possam aproximar do Partido. Para tal devem contribuir as acções de formação política, os gabinetes de estudos e os grupos de missão.

2.5 Formação Política

Depois de alguns anos de ausência, o CDS-PP voltou a ter com regularidade cursos de formação política. É sabido que durante os primeiros anos da história do Partido esta era uma das suas grandes características. Graças a apoios externos, o CDS-PP tinha um nível elevado de formação política para dar aos seus autarcas, dirigentes e militantes.

Tendo consciência que muitos do que hoje militam no CDS-PP não beneficiaram dessa formação política, era urgente retomá-la.

Depois da experiência de 2008, os cursos de 2009 serão em maior número e com maior dispersão geográfica, sendo para isso essencial a colaboração das estruturas locais. Procurar-se-á manter as parcerias com o PPE e o IDL, no sentido de proporcionar melhores condições aos formandos.

Em 2009, os cursos darão especial atenção às questões ligadas às autarquias. Em ano de eleições autárquicas procuraremos preparar os nossos candidatos para os desafios da campanha eleitoral e, principalmente, para o exercício dos mandatos.

Tendo presente a prioridade dada à formação autárquica, o CDS-PP procurará manter outras áreas da formação política, em conjunto com as primeiras ou em acções específicas.

3. AS ESTRUTURAS REGIONAIS E LOCAIS

3.1 Importância

Durante o mandato que agora se inicia, mais do que nunca, as estruturas regionais e locais, vão ter de ser o motor do Partido. Num ano em que se realizam três eleições nacionais, o sucesso do Partido depende da capacidade de conseguirmos ter actividade simultânea em todo o país e de multiplicarmos a mensagem nacional.

Mais do que a actividade interna, as estruturas do Partido têm de projectar a sua acção para as populações das suas Regiões, Distritos ou Freguesias. O ano de 2009 será um ano para agir mais que reunir, decidir mais que debater, abrir mais que fechar.

A escolha atempada dos candidatos às eleições autárquicas e a elaboração dos respectivos programas eleitorais, são os factores que nos podem permitir uma vantagem competitiva relativamente aos nossos concorrentes. Sabendo que estes, na maior parte das vezes, dispõem de mais meios materiais, a nossa vantagem tem de passar necessariamente por uma boa gestão do tempo.

O CDS-PP não pode contentar-se com o facto de ser um partido de quadros, é essencial que sejamos um partido de implantação local, de autarcas e de eleitores. Esse salto depende da capacidade de afirmação que tiverem as nossas estruturas, competindo aos órgãos nacionais proporcionar todos os meios para que tal seja possível.

3.2 Flexibilidade

Cumprindo o objectivo de dar às estruturas do Partido os meios necessários para responderem aos desafios que se lhes colocam, a revisão de estatutos vai no sentido de flexibilizar o funcionamento das mesmas.

Assim, ao eliminar o número máximo de membros das Distritais e Concelhias, permite-se que em cada equipa participem todos aqueles que podem dar o seu contributo. Sabendo que a realidade nacional não é toda idêntica, não faz sentido formatar os órgãos por uma medida uniforme.

Por outro lado, a desburocratização da constituição de estruturas é também um objectivo da alteração de Estatutos. Ao clarificar os requisitos da constituição dos órgãos distritais e simplificação da

constituição dos órgãos concelhios dá-se um passo em direcção ao objectivo de implantação do Partido.

As normas devem servir para concretizar os nossos objectivos e não para os dificultar. O objectivo do Partido é ter a sua vida organizada nas Regiões Autónomas, em todos os Distritos e na maior parte dos concelhos do país. Se queremos acolher diversidade de realidades, não podemos burocratizar processos.

3.3 Funcionamento

Durante a Volta da Bases foi muito debatido o funcionamento das estruturas do Partido. Como já se referiu, este é um ciclo em que o essencial é a acção. O CDS-PP através das suas estruturas não se pode limitar a existir, tem de aparecer.

As estruturas do Partido devem ser agentes de construção da mensagem política do Partido, pelo que serão chamadas a dar o seu contributo nesse processo. Por outro lado poderão e deverão ser as estruturas locais a colocar questões sobre a actualidade política. A utilização das plataformas electrónicas permite que sejam mantidos permanentemente os debates destas matérias, sem a deslocação física dos vários intervenientes.

No ciclo que se avizinha, o papel mais importante das estruturas é o de assegurar a proximidade e representação dos seus eleitores. O CDS-PP tem de ir visitar as forças vivas de cada Concelho, tem de conhecer os vários intervenientes na comunidade local, tem de conhecer os problemas dos vários sectores da população e, acima de tudo, tem de ter respostas. Para que esta agenda seja cumprida, cada estrutura tem de ir para o terreno.

É necessário que cada estrutura crie a sua metodologia de trabalho, definindo de quanto em quanto tempo visita instituições, a regularidade dos seus comunicados à imprensa e população ou a apresentação dos seus candidatos autárquicos. Só com a definição desta metodologia de trabalho – devidamente acompanhada de um cronograma - será possível responder a um ciclo tão exigente.

3.4 Implantação

A implantação foi uma prioridade dos últimos tempos, no sentido de preparar o Partido para o ano eleitoral. Para o efeito, foi estabelecido um objectivo de assegurar a representação do Partido em, pelo menos, um terço dos Concelhos do país. O objectivo foi atingido graças ao trabalho

de muitos militantes e dirigentes que se dedicaram de corpo e alma a esta matéria.

Estando a implantação em velocidade cruzeiro, não podemos abrandar o ritmo. Há ainda zonas do país em que o Partido está longe dos mínimos necessários e dos mínimos que ambicionamos. É nessas zonas que se deverá concentrar o trabalho de implantação na primeira fase do mandato.

É essencial antecipar, tanto quanto possível, os processos de implantação para o primeiro trimestre de 2009, no sentido de evitar a sua coincidência com a preparação dos actos eleitorais nacionais.

Após o ciclo de actos eleitorais, será necessário consolidar a estrutura do Partido, reelegendo as estruturas que entretanto terminem mandato e aproveitando os contactos que, normalmente, se desenvolvem nas campanhas eleitorais para renovar as estruturas existentes.

Os objectivos de implantação devem ser definidos com transparência e devem resultar de um compromisso entre as estruturas regionais, distritais e a Secretaria-Geral para que, posteriormente, os seus resultados possam vir a ser objecto de apreciação por parte do Conselho Nacional.

3.5 Sedes

A questão das sedes do Partido é a mais difícil, no que diz respeito à organização local do CDS-PP. Em teoria, seria ideal ter sedes em todos os Concelhos do país, mas sabemos que tal não é sustentável.

Sendo a questão financeira o principal problema, sabemos que não é o único. O estilo e ritmo de vida de hoje não permitem que a maioria das sedes estejam abertas com um horário alargado. É evidente que esta realidade dificulta a concretização do objectivo de fazer das nossas sedes verdadeiro ponto de contacto entre o Partido e as populações.

A maioria das sedes existentes tem servido, praticamente e quase exclusivamente, para acolher as reuniões do Partido. Na maior parte dos casos, a actividade levada a cabo, de um ponto de vista quantitativo, não justifica um arrendamento. É ainda verdade que pior que não ter uma sede é tê-la permanentemente fechada, não só pela falta de participação e abertura aos militantes, como pela imagem de inacção que acaba por transmitir do Partido.

Perante isto, será melhor não ter sedes? É evidente que não, o que é necessário é fazer uma avaliação das situações existentes e evoluir

para a criação de uma Rede Nacional de Sedes. Esta Rede será gerida e administrada pelos serviços centrais do Partido e usufruída pelos seus dirigentes e militantes.

Devido aos constrangimentos financeiros é impossível implementar esta Rede de imediato, pelo que numa primeira fase se procederá ao levantamento da situação existente, através de um inquérito a ser respondido por cada concelhia.

A segunda fase terá por base o resultado desse inquérito, a avaliação feita pelos órgãos nacionais e a realidade financeira do Partido, sendo em função destas premissas criada a Rede Nacional de Sedes do CDS-PP.

Entretanto o Partido continuará empenhado em resolver as inúmeras situações de dificuldade, existentes por todo o país.

4. OS ORGÃOS NACIONAIS

4.1 Pluralismo

O CDS-PP beneficia com a diversidade de opiniões internas. Tendo presente o institucionalismo, inerente à actividade partidária, o contributo dado por cada militante, ou grupo de militantes, com as suas opiniões aprofunda o nível de reflexão.

Nesse sentido, são propostas várias alterações de Estatutos no sentido de dar maior expressão aos órgãos deliberativos, designadamente o Conselho Nacional e as Assembleias Distritais.

Na mesma revisão em que se reduzem os órgãos executivos de âmbito nacional, é aumentado o número de eleitos no Conselho Nacional, quer os eleitos em Congresso, quer os eleitos nos Distritos. Conciliando esta alteração com a consagração definitiva do método proporcional para a eleição dos delegados, pretende-se aumentar a possibilidade de ter vozes com diferentes opiniões no Parlamento do Partido.

No entanto, esta alteração não se fica pelo Conselho Nacional, estendendo-se às Assembleias Distritais. Também a este nível cada Concelho passará a eleger mais delegados. Sendo o método proporcional aplicado para a respectiva eleição, também ao nível Distrital, haverá um aprofundamento do pluralismo e abertura a participação de diferentes sensibilidades locais.

Ao mesmo tempo que se introduzem estas reformas é importante que os órgãos deliberativos em causa possam reunir com maior frequência e com agendas temáticas.

4.2 Democraticidade Interna

Com a consciência do papel primordial dos órgãos deliberativos e executivos na democraticidade da vida interna do Partido, há também que atender à importância dos órgãos de jurisdição e fiscalização.

Nesse sentido, entendeu-se apresentar uma alteração inédita no método de eleição destes órgãos. No passado e presente estes órgãos têm vindo a ser eleitos por método maioritário em lista fechada, ou seja quem a eles concorrer e não ganhar a eleição, fica sem representação e sem possibilidade de fiscalizar ou julgar.

O que agora se apresenta é a introdução do método proporcional para a eleição destes órgãos. Desta forma, mesmo na eventualidade de se perder uma eleição, cada uma das listas poderá eleger membros para o

órgão, passando este a ser constituído por representantes das várias listas apresentadas.

Tratando-se de órgãos de jurisdição e fiscalização, a participação de membros de diferentes listas aumenta a transparência e é garantia de maior democraticidade interna.

4.3 Funcionalidade

Se o pluralismo é elemento essencial do bom funcionamento dos órgãos deliberativos, a funcionalidade é fundamental para os órgãos executivos. Para essa funcionalidade é importante garantir a capacidade de propor, discutir, decidir e executar, no âmbito de cada órgão.

Um dos principais factores de limitação dessa capacidade incide sobre a dimensão dos órgãos. Se o número de membros é de tal forma elevado que limita a intervenção de cada um, isso leva a uma consequente e clara redução da eficácia do mesmo.

Nesse sentido, opta-se por propor a redução do número de membros da Comissão Política Nacional e da Comissão Executiva. A redução é distribuída entre a redução do número de membros a eleger e o número de inerências.

Com esta redução pretende-se que os respectivos órgãos reúnam mais vezes e possam retirar maior proveito das reuniões.

4.4 Flexibilidade e Funcionamento em Rede

Para além das medidas tomadas no âmbito do ponto anterior, outras são necessárias para melhorar o funcionamento dos órgãos executivos de âmbito nacional.

Nesse sentido propõem-se a flexibilização da constituição da Comissão Executiva. Sendo um órgão de acompanhamento do dia-a-dia da actividade política do Partido, entendeu-se fazer sentido que este órgão tenha um núcleo mais reduzido de membros permanentes e possa alargar esse universo em cada reunião atendendo aos temas em discussão. Com esta constituição alarga-se o universo de participantes, sem perder a eficácia necessária a um órgão deste tipo.

É ainda proposta a criação de um novo órgão executivo. Trata-se da Comissão de Organização, que agrupa os dirigentes nacionais, regionais e distritais que mais directamente lidam com as questões relacionadas com a implantação, as autarquias e a agenda política do

Partido. Pretende-se ainda que este órgão faça regularmente a análise da situação política, numa perspectiva descentralizada

Por outro lado, a reforma mais necessária é a introdução do funcionamento em rede. Numa altura em que existem tantos meios de comunicação, faz sentido que os órgãos executivos, funcionem permanentemente em rede. Contudo, esta não deverá ser uma alternativa às reuniões periódicas mas uma forma de lhes dar seguimento e de permitir que quando se realizem o tempo seja utilizado da melhor forma.

4.5 Novos Projectos

No âmbito dos órgãos nacionais do Partido há três projectos para lançar no mandato que agora se inicia.

O primeiro projecto diz respeito à elaboração do Programa Eleitoral do CDS-PP para as eleições legislativas. Será desenvolvido um método de elaboração em três fases. Uma primeira fase com o desenvolvimento de documentos iniciais, por pequenas equipas agrupadas por áreas. Uma segunda fase de intervenção das estruturas e militantes do partido, com debate e aprofundamento dos documentos iniciais. Por ultimo, uma terceira fase em que um documento consolidado será debatido com os diversos agentes sociais, bem como com todos os cidadãos interessados, através do sitio do Partido na Internet.

O segundo projecto diz respeito à reorganização da área de Relações Internacionais do Partido. Para tal será criada uma comissão de Relações Internacionais, à semelhança do que existe na maioria dos partidos homólogos. Esta comissão terá como função o acompanhamento permanente da Política Externa, bem como a relação com as organizações internacionais e partidos da área política do CDS-PP.

Por último, será criado um grupo de trabalho com o objectivo de organizar o CDS-PP na emigração. Este grupo terá como missão criar uma estrutura do CDS-PP nas comunidades emigrantes portuguesas, com o duplo objectivo de permitir a transmissão mais eficaz da nossa mensagem e a apreensão da sensibilidade política dessas comunidades.

5. OS SERVIÇOS CENTRAIS

5.1 Recursos Humanos

Os recursos humanos do partido são o motor do funcionamento diário do CDS-PP. Num partido em que a maioria dos dirigentes faz política, para além da sua actividade principal, o trabalho diário dos nossos funcionários assegura o profissionalismo que de outra forma não poderíamos ter.

É importante que os militantes e dirigentes saibam que na Sede Nacional do Partido há serviços centrais ao seu dispor para auxiliar o funcionamento das nossas diversas estruturas.

Nos últimos anos tem havido um enorme esforço de adaptação dos serviços do partido a novas realidades de exigências, resultantes de alterações legislativas, de procedimentos, da modernização dos meios de comunicação e da necessidade de contenção de despesas.

A manutenção da qualidade dos serviços prestados é o objectivo da organização dos recursos humanos do Partido, para tal é essencial a articulação com as estruturas locais, assumindo a Secretaria-Geral um papel determinante.

5.2 Finanças

Sendo do conhecimento geral as dificuldades financeiras que afectam, não só o CDS-PP, mas também toda a sociedade portuguesa, importa referir algumas questões estruturantes da organização financeira do Partido.

Na sequência da entrada em vigor do actual Regulamento Financeiro, está praticamente concluído o processo de centralização da actividade financeira do Partido. É de lembrar que esta medida resulta das sucessivas alterações legislativas e das consequentes multas aplicadas ao CDS-PP. Tendo consciência que a actual organização cria algumas dificuldades práticas, estamos seguros que este é o caminho para o estrito cumprimento da lei e consequente regressão do valor das multas a pagar.

É necessário que em toda a actividade do CDS-PP tenhamos noção das implicações do não cumprimento da lei, e consequentes responsabilidades, inclusive pessoais. Para que tal não aconteça, os serviços de tesouraria e contabilidade estão sempre disponíveis para o esclarecimento de dúvidas e explicação de procedimentos.

Quanto à situação financeira do Partido, tem sido feito um enorme esforço de consolidação no sentido de permitir que no pós-ciclo eleitoral o Partido viva com maior possibilidade de utilização de meios. A redução da dívida bancária e o pagamento de multas e demais penalizações tem sido a prioridade, tendo isso afectado a tesouraria. Entendemos que este é o caminho certo para o equilíbrio da situação económica e financeira do Partido.

Quanto às campanhas eleitorais, com uma utilização correcta das subvenções estatais, e uma boa gestão interna, será possível realizar boas campanhas com despesas equilibradas. Neste aspecto é de salientar o exemplo da campanha para a Assembleia Legislativa da R.A. dos Açores, em que uma campanha contida, mas bem produzida, permitiu a eleição do maior grupo parlamentar de sempre do Partido na Região. É de assinalar que tal só foi possível devido ao esforço extraordinário e competente dos funcionários do Partido e, acima de tudo, da compreensão e solidariedade dos dirigentes regionais.

5.3 Apoio Jurídico

Esta é uma área que começou a ser desenvolvida, com grande sucesso, no âmbito do apoio aos autarcas. Devido à importância desse apoio e ao número de solicitações que iam chegando, entendeu-se tornar este apoio permanente, em articulação com o Gabinete Autárquico.

Hoje qualquer autarca do CDS-PP, em qualquer órgão de qualquer zona do país, pode contar com apoio jurídico prestado pelos serviços centrais do Partido.

Entretanto foram surgindo muitas outras questões jurídicas, no âmbito da actividade do partido, às quais julgamos ser possível dar resposta. Também para esses casos estão disponíveis os serviços centrais do Partido.

5.4 Comunicação e Imagem

Esta é a área em que os serviços centrais do Partido mais evoluíram nos últimos anos. Hoje podemos dizer que o partido é auto-suficiente em matéria de comunicação e imagem. Todos os meios de comunicação e imagem são produzidos por funcionários e com meios do partido.

Esta realidade é especialmente significativa, numa altura em que o Partido se afirma como aquele que mais e melhor utiliza as diferentes formas de comunicação. Para além da utilização permanente dos endereços electrónicos e SMS como forma de comunicação política, o

partido tem hoje um site em permanente actualização, bem como um canal próprio de vídeo, com uma média superior a dois vídeos por semana.

O passo seguinte passará pela entrada nas redes sociais *on-line*, meio privilegiado de difusão de mensagens. Com esse passo o CDS-PP estará ao nível do que melhor se faz em comunicação em termos globais, e estaremos ao nível, por exemplo, das campanhas presidenciais americanas.

Relativamente à produção dos meios de campanha é fundamental que as diferentes estruturas se organizem com tempo para que possam usufruir dos melhores *timings*, já que será impossível dar resposta a pedidos que se esperam ser cada vez mais frequentes.

5.5 Estudos de opinião e Telemarketing

A área dos estudos de opinião é outra em que o CDS-PP tem procurado a auto-suficiência. Tendo experiência deste tipo de actividade em campanhas eleitorais, no passado, hoje este serviço funciona em permanência no Partido. É, por isso, possível utilizar este meio no apoio à preparação dos diversos processos eleitorais e, posteriormente, às respectivas campanhas.

O contacto directo com os leitores é um meio que um partido político não pode dispensar. Não sendo possível o contacto presencial com tantos eleitores, a via telefónica é indispensável.

Este serviço permite não só avaliar situações como também transmitir mensagens eleitorais, sendo de salientar, que mesmo com todos os novos meios de comunicação, nunca caiu em desuso nas maiores campanhas eleitorais feitas em diferentes países.

